

Sumário

Nota do autor à 28ª edição	27
Nota do autor à 17ª edição.....	29
Prefácio.....	33
Capítulo 1 ► Introdução ao Direito Processual Civil	37
1. Introdução	37
2. Conceito de processo. a complexidade como característica constitutiva do processo.....	38
3. Teoria Geral do Processo, Ciência do Direito Processual Civil e Direito Processual Civil ...	43
4. Direito processual Civil, Sistema da Justiça civil ou do que se ocupa um processualista civil	47
5. Processo e direito material. Instrumentalidade do processo. Relação circular entre o direito material e o processo	54
6. Algumas características do pensamento jurídico contemporâneo.....	57
7. Neoconstitucionalismo, neoprocessualismo ou formalismo valorativo. A atual fase metodológica da ciência do processo	61
8. A ciência do processo e a nova metodologia jurídica	64
8.1. Constituição e processo. O art. 1º do CPC	64
8.2. Princípios processuais.....	66
8.3. A nova feição da atividade jurisdicional e o Direito processual: sistema de precedentes, criatividade judicial e cláusulas gerais processuais	70
8.4. Processo e direitos fundamentais.....	73
9. A tradição jurídica brasileira: nem <i>civil law</i> , nem <i>common law</i>	75
10. O CPC e os microssistemas processuais civis	78
10.1. Nota introdutória	78
10.2. Microssistemas surgidos durante a vigência do CPC-1973. Os casos dos microssistemas do processo coletivo, da arbitragem, dos Juizados Especiais e dos processos de controle concentrado de constitucionalidade dos atos normativos.....	79
10.3. Microssistemas processuais (não exclusivamente civis) embutidos dentro do CPC-2015	83
Capítulo 2 ► Norma jurídica processual	85
1. Conceito de norma jurídica processual	85
2. Fontes da norma jurídica processual.....	85

3. <i>Soft law</i> e o Direito Processual.....	92
4. Aplicação da norma jurídica processual no tempo.....	95
Capítulo 3 ► Normas fundamentais do Processo Civil.....	99
1. Direito Processual Fundamental.....	99
2. Princípios.....	102
2.1. Princípio do devido processo legal.....	102
2.1.1. Considerações gerais	102
2.1.2. Conteúdo	103
2.1.3. Devido processo legal formal e devido processo legal substancial.....	107
2.1.4. Devido processo legal e relações jurídicas privadas.....	112
2.2. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	114
2.3. Princípio da legalidade (juridicidade).....	118
2.4. Princípio do contraditório.....	120
2.4.1. Generalidades e a regra da proibição de decisão-surpresa	120
2.4.2. Dever de o juiz zelar pelo efetivo contraditório.....	127
2.5. Princípio da ampla defesa.....	129
2.6. Princípio da publicidade.....	130
2.6.1. Generalidades.....	130
2.6.2. Publicidade processual e proteção de dados pessoais	134
2.7. Princípio da duração razoável do processo.....	139
2.8. Princípio da igualdade processual (paridade de armas)	142
2.9. Princípio da eficiência.....	144
2.10. Princípio da boa-fé processual.....	150
2.10.1. Generalidades	150
2.10.2. Fundamento constitucional do princípio da boa-fé processual	153
2.10.3. Destinatário da norma.....	156
2.10.4. Concretização do princípio da boa-fé processual	156
2.11. Princípio da efetividade.....	160
2.12. Princípio da adequação (legal, jurisdicional e negocial) do processo	162
2.12.1. Generalidades	162
2.12.2. Critérios de adequação	163
2.12.3. Adequação jurisdicional do processo	165
2.12.4. Adequação negocial do processo	168
2.13. Princípio da cooperação e o modelo do processo civil brasileiro.....	168
2.13.1. Nota introdutória	168
2.13.2. “Princípios” dispositivo e inquisitivo. Modelos tradicionais de organização do processo: adversarial e inquisitorial	168
2.13.3. Processo cooperativo: um terceiro modelo de organização do processo. Princípios e regras de cooperação. Eficácia do princípio da cooperação ...	173

2.13.4. Dever de o juiz zelar pelo efetivo contraditório, princípio da cooperação e dever de auxílio.....	180
2.14. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo.....	181
2.15. Princípio da primazia da decisão de mérito	186
2.16. Princípio da proteção da confiança.....	187
2.16.1. Proteção da confiança e segurança jurídica	187
2.16.2. Pressupostos para a proteção da confiança	189
2.16.3. Princípio da proteção da confiança e o direito processual civil.....	192
3. Regras.....	196
3.1. Regras da instauração do processo por iniciativa da parte e de desenvolvimento do processo por impulso oficial.....	196
3.1.1. Instauração do processo por iniciativa da parte.....	196
3.1.2. Desenvolvimento do processo por impulso oficial	197
3.2. Regra da obediência à ordem cronológica de conclusão.....	197
3.2.1. Generalidades	197
3.2.2. Regras que excetuam o dever de respeito à ordem cronológica de conclusão	198
3.2.3. Calendário processual e dever de observância da ordem cronológica de conclusão	202
3.2.4. Consequências do descumprimento da regra.....	202
3.2.5. Extensão da regra à atuação do escrivão ou chefe de secretaria.....	203
3.2.6. Direito transitório.....	203
4. Norma fundamental de interpretação do Código de Processo Civil: o postulado hermenêutico da unidade do Código	204
Capítulo 4 ► Jurisdição	205
1. Conceito e características da jurisdição.....	205
1.1. Conceito.....	205
1.2. Decisão por terceiro imparcial – heterocomposição	206
1.2.1. Generalidades	206
1.2.2. A imparcialidade na arbitragem.....	208
1.3. A jurisdição como manifestação do Poder: a imperatividade e a inevitabilidade da jurisdição	211
1.4. A jurisdição como atividade criativa	212
1.5. Jurisdição como técnica de tutela de direitos mediante um processo	218
1.6. A jurisdição sempre atua em um problema jurídico concreto.....	219
1.7. Insuscetibilidade de controle externo	220
1.8. Aptidão para a coisa julgada	220
2. A jurisdição no sistema brasileiro de justiça multiportas	221
3. Arbitragem	223
4. A questão da “indelegabilidade” do exercício da jurisdição	228

5. A territorialidade para o exercício da jurisdição	230
6. Princípios da jurisdição	233
6.1. Inafastabilidade	233
6.2. Juiz natural	238
7. A jurisdição voluntária.....	242
7.1. Generalidades	242
7.2. Classificação dos procedimentos de jurisdição voluntária de Leonardo Greco.....	247
7.3. A jurisdição voluntária como administração pública de interesses privados	248
7.4. A jurisdição voluntária como atividade jurisdicional.....	249
Capítulo 5 ► Competência	255
1. Conceito e considerações gerais	256
2. Distribuição da competência. Fontes normativas de atribuição de competência	257
3. Normas fundamentais sobre competência.....	257
3.1. Princípio do juiz natural.....	257
3.2. Princípios da tipicidade da competência e da indisponibilidade da competência. Regra da inexistência de vácuo de competência	257
3.3. Regra da <i>Kompetenz-kompetenz</i>	258
3.3. Princípio da competência adequada	259
3.5. Regra da perpetuação da jurisdição	262
4. Competência por distribuição	264
5. Classificação da competência	265
5.1. Competência do foro (territorial) e competência do juízo.....	265
5.2. Competência originária e derivada	266
5.3. Competência relativa e competência absoluta	266
5.3.1. <i>A translatio iudicii</i>	266
5.3.2. Distinções entre a incompetência relativa e a incompetência absoluta.....	268
6. Foros concorrentes, <i>forum shopping</i> , <i>forum non conveniens</i> , princípio da competência adequada e abuso do direito	269
7. Escolha de “juízo aleatório”, Abuso do direito e controle pelo juiz (art. 63, § 5º, CPC)	273
8. Competência constitucional.....	276
9. Competência internacional.....	277
9.1. Considerações gerais	277
9.2. Competência internacional concorrente ou cumulativa (arts. 21 e 22, CPC).....	279
9.3. Competência internacional exclusiva (art. 23, CPC)	280
9.4. Competência concorrente e litispendência (art. 24, CPC)	281
10. Métodos para identificar o juízo competente	281
11. Critérios determinativos de distribuição da competência	282

11.1. Consideração introdutória.....	282
11.2. Objetivo: em razão da matéria, em razão da pessoa e em razão do valor da causa	283
11.3. Territorial.....	285
11.4. Funcional.....	285
11.4.1. Generalidades	285
11.4.2. Competência funcional x competência territorial absoluta.....	286
12. Principais regras de competência territorial.....	288
13. Teses fixadas no Incidente de Assunção de Competência n. 10 (STJ).....	296
14. Foros distritais e subseções judiciárias.....	297
15. Modificações da competência.....	298
15.1. Panorama dos fatos jurídicos processuais que autorizam a modificação da competência	298
15.2. Não alegação da incompetência relativa.....	299
15.3. Foro de eleição	299
15.3.1. Generalidades. Requisitos de validade e extensão da cláusula	299
15.3.2. Ineficácia da cláusula abusiva de foro de eleição.....	304
15.3.3. Foro de eleição internacional	305
15.4. Conexão e continência.....	305
15.4.1. Considerações gerais sobre a conexão. Conceitos legais de conexão e continência. Insuficiência do conceito legal. A conexão por prejudicialidade ou por preliminaridade	305
15.4.2. Forma de alegação.....	309
15.4.3. Distinção entre a alegação de modificação de competência e a alegação de incompetência relativa	310
15.4.4. Conexão entre demanda executiva e demanda de conhecimento e conexão entre demandas executivas.....	311
15.4.5. Conexão por afinidade. Um novo modelo de conexão para o julgamento de casos repetitivos	312
15.5. Prevenção.....	313
15.6 Litigância abusiva, liberdade de expressão e liberdade de imprensa, interpretação conforme a Constituição da regra de competência territorial para ações de responsabilidade civil extracontratual (art. 53, IV, “a”, CPC) e a conexão: o julgamento das ADIs n. 6.792 e 7.055 pelo STF.....	314
16. Recorribilidade da decisão sobre competência.....	316
17. Conflito de competência.....	318
17.1. Hipóteses e pressupostos	318
17.2. Incompetência, remessa dos autos e conflito de competência	320
17.3. Legitimidade e participação do Ministério Público.....	321
17.4. Competência	321
17.5. Procedimento.....	323

18. Competência da Justiça Federal.....	324
18.1. Características	324
18.2. Competência dos juízes federais em razão da pessoa	324
18.2.1. O art. 109, I, CF/1988.....	324
18.2.1.1. As causas	324
18.2.1.2. As pessoas.....	326
18.2.1.3. As exceções	331
18.2.2. O art. 109, II, CF/1988.....	334
18.2.3. O art. 109, VIII, CF/1988.....	334
18.3. Competência funcional: art. 109, X, segunda parte	335
18.4. Competência da Justiça Federal em razão da matéria.....	336
18.4.1. O art. 109, III, CF/1988.....	336
18.4.2. Causas do art. 109, V-A: grave violação a direitos humanos	338
18.4.3. O art. 109, XI, CF/1988: disputa sobre direitos indígenas	341
18.4.4. Art. 109, X, parte final: causas referentes à nacionalidade e à naturalização.....	342
18.5. Competência territorial da Justiça Federal	343
18.5.1. Considerações gerais	343
18.5.2. Art. 109, § 3º, CF/1988: juízo estadual com competência federal.....	345
18.6. Competência do Tribunal Regional Federal (art. 108 da CF/1988)	347
Capítulo 6 ► Cooperação judiciária nacional	353
1. Introdução: conceito, dever de cooperação judiciária e relação com as normas fundamentais	353
2. Breve histórico	355
3. Outras fontes normativas da cooperação judiciária nacional: a resolução n. 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça, as leis estaduais e os regimentos internos dos tribunais.....	357
4. Abrangência das normas sobre cooperação judiciária nacional: processos eleitoral, trabalhista, penal e administrativo	358
5. Elementos da cooperação judiciária nacional brasileira: os sujeitos da cooperação, os tipos de cooperação, os instrumentos de cooperação e os atos de cooperação	359
6. Atipicidade da cooperação: atipicidade de instrumentos e de atos.....	360
7. Tipos de cooperação.....	362
7.1. Cooperação por solicitação.....	362
7.2. Cooperação por delegação.....	362
7.3. Cooperação por concertação.....	363
8. A subsidiariedade do uso das cartas como instrumentos de cooperação judiciária. A disciplina normativa das cartas como parâmetro para a solução de problemas dogmáticos da cooperação judiciária nacional	363
9. Pedido de cooperação: a cooperação solicitada	364

10. Cooperação por delegação.....	365
10.1. Noção e características.....	365
10.2. Distinções.....	366
11. Atos concertados: a cooperação negociada.....	367
11.1. Generalidades e legitimidade para celebração. A cooperação interinstitucional ...	367
11.2. Objeto da concertação.....	370
11.2.1. Consideração introdutória.....	370
11.2.2. Alguns objetos de atos de concertação: a lista de exemplos do § 2º do art. 69 do CPC.....	371
11.2.2.1. Prática de citação, intimação ou notificação de ato (art. 69, § 2º, I, CPC).....	371
11.2.2.2. Obtenção e apresentação de provas e a coleta de depoimentos (art. 69, § 2º, II, CPC). A conexão probatória.....	372
11.2.2.3. Efetivação de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas e para facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial (art. 69, §2º, IV e V, CPC).....	373
11.2.2.4. A centralização de processos repetitivos (art. 69, §2º, VI, CPC)....	374
11.2.2.5. Execução de decisões judiciais (art. 69, §2º, III e VII, CPC).....	375
11.3. Ato concertado como hipótese de modificação de competência.....	376
12. Cooperação judiciária e sistema da <i>translatio iudicii</i>	380
13. A compulsoriedade da cooperação judiciária.....	381
14. As partes e a cooperação judiciária.....	383
15. Síntese do modelo brasileiro de cooperação judiciária nacional.....	384
Capítulo 7 ► Teoria da ação: da ação e do direito de ação.....	387
1. Direito de ação, ação, procedimento e direito afirmado.....	387
2. O direito de ação como um complexo de situações jurídicas.....	389
3. A demanda e a relação jurídica substancial.....	392
4. Elementos da ação.....	393
4.1. Causa de pedir e pedido.....	393
4.2. Partes.....	394
5. Classificação das ações.....	395
5.1. Classificação segundo a natureza da relação jurídica discutida: real e pessoal.....	395
5.2. Classificação segundo o objeto do pedido mediato: mobiliária ou imobiliária.....	395
5.3. Classificação segundo o tipo de tutela jurisdicional: conhecimento, cautelar e executiva. Ações sincréticas.....	396
5.4. Ações de conhecimento: condenatórias, constitutivas e declaratórias.....	396
5.4.1. Ações condenatórias: as ações de prestação.....	396
5.4.2. Ações constitutivas.....	397
5.4.3. Ações (meramente) declaratórias.....	399

5.4.4. O art. 20 do CPC. Distinção entre ação meramente declaratória e ação de condenatória. O art. 515, I, do CPC	402
5.4.5. Ações mandamentais e ações executivas em sentido amplo. As classificações quinária e quaternária das ações	405
5.5. Ações dúplices	409
6. Cumulação de ações	410
7. Concurso de ações (concurso de direitos).....	411
8. As condições da ação e o novo CPC	412
Capítulo 8 ► Pressupostos processuais.....	417
1. Pressuposto processual: noções gerais.....	417
2. Pressupostos de existência e requisitos de validade	418
3. Alguns “mitos” sobre os pressupostos processuais	421
4. A classificação proposta	422
5. Pressupostos processuais subjetivos	423
5.1. Capacidade de ser parte.....	423
5.2. Existência de órgão investido de jurisdição.....	425
6. Pressuposto processual objetivo: a existência de ato inicial do procedimento que introduza o objeto da decisão.....	425
7. Requisitos processuais subjetivos de validade	425
7.1. Capacidade processual.....	425
7.1.1. Generalidades	425
7.1.2. Possíveis consequências da incapacidade processual	429
7.2. Capacidade processual das pessoas casadas	430
7.2.1. Consideração introdutória.....	430
7.2.2. Capacidade processual dos cônjuges nas ações reais imobiliárias	430
7.2.2.1. O art. 1.647 do Código Civil	430
7.2.2.2. A restrição da capacidade processual.....	430
7.2.2.3. Forma e prova do consentimento	433
7.2.2.4. Aplicação à união estável documentada.....	434
7.2.2.5. O controle da ilegitimidade processual do cônjuge	434
7.2.2.6. Suprimento judicial do consentimento (art. 74 do CPC e art. 1.648 do Código Civil).....	435
7.2.3. Dívidas solidárias e litisconsórcio necessário entre os cônjuges (incisos II e III do § 1º do art. 73 do CPC).....	436
7.3. O curador especial	438
7.4. Capacidade postulatória.....	445
7.4.1. Generalidades	445
7.4.2. Ato praticado por advogado sem procuração.....	447
7.4.3. A procuração	449
7.5. Competência	451

7.6. Imparcialidade	451
8. Requisito processual objetivo intrínseco: respeito ao formalismo processual	452
9. Requisitos processuais objetivos extrínsecos e negativos	453
10. A legitimação para agir e o interesse processual	455
10.1. Observação introdutória	455
10.2. O art. 17 do CPC: a exigência de interesse e de legitimidade para qualquer tipo de atuação processual	455
10.3. Legitimação para agir	456
10.3.1. Noção	456
10.3.2. Classificação	458
10.3.3. Substituição processual ou legitimação extraordinária	461
10.3.4. Diretrizes para a solução de conflitos entre o substituto processual e o substituído	464
10.3.5. Fonte normativa da legitimação extraordinária	466
10.3.5.1. Generalidades	466
10.3.5.2. A legitimação extraordinária negocial	468
10.3.6. Substituição processual e sucessão processual	474
10.3.7. Substituição processual e representação processual	474
10.3.8. Legitimidade ordinária como questão de mérito	475
10.4. O interesse de agir	477
10.4.1. Generalidades	477
10.4.2. O interesse-utilidade	478
10.4.3. O interesse-necessidade e as ações necessárias	479
10.4.4. Interesse de agir nas ações declaratórias	483
10.4.5. O denominado interesse-adequação	485
10.5. A teoria da asserção: exame da legitimidade e do interesse de agir à luz do que foi afirmado pela parte	486
11. As diversas posições jurídicas que um sujeito pode assumir em um mesmo processo: a dinamicidade das capacidades processuais, do interesse processual e da legitimidade	490
12. Participação processual dos animais não humanos	493
Capítulo 9 ► Fatos, atos e negócios jurídicos processuais	497
1. Nota explicativa	497
2. Ato e procedimento	498
3. Conceito de fato jurídico processual	499
4. Classificação dos fatos jurídicos processuais em sentido amplo	501
5. Negócios processuais	503
5.1. Noções gerais, espécies e classificação	503
5.2. Negócios processuais atípicos	509
5.2.1. A cláusula geral de negociação sobre o processo. O princípio da atipicidade da negociação sobre o processo	509

5.2.2.	Regras gerais da negociação processual	512
5.2.3.	Negócios processuais celebrados pelas partes com o juiz.....	512
5.2.4.	Momento de celebração	513
5.2.5.	Requisitos de validade.....	514
5.2.5.1.	Generalidades.....	514
5.2.5.2.	Capacidade. O problema da vulnerabilidade. Contratos empresariais e não empresariais	514
5.2.5.3.	Objeto. Diretrizes para o controle da validade do objeto do negócio processual atípico. Contratos empresariais e não empresariais.....	518
5.2.5.4.	Forma	522
5.2.6.	Anulabilidade	522
5.2.7.	Eficácia e revogabilidade.....	522
5.2.8.	Onerosidade excessiva, resolução e revisão	524
5.2.9.	Inadimplemento e ônus da alegação	524
5.2.10.	Efetivação	525
5.2.11.	Princípio da boa-fé e negociação processual.....	525
5.2.12.	Interpretação	526
5.2.13.	Negócios processuais coletivos e negócios processuais que dizem respeito a processos indeterminados	527
5.2.14.	Direito intertemporal	528
6.	Ato ilícito processual	529
Capítulo 10 ►	Invalidades processuais	531
1.	Consideração introdutória.....	531
2.	Noções básicas sobre os planos da existência, validade e eficácia dos fatos jurídicos	532
3.	Sistema de invalidades processuais	535
3.1.	Sistema de invalidades processuais e sistema de invalidades do direito material.	535
3.2.	O ato processual defeituoso produz efeitos até a sua invalidação. Toda invalidade processual é decretada	536
3.3.	Os tipos de defeito processual.....	536
3.4.	Não há invalidade sem prejuízo	538
3.5.	Intervenção do Ministério Público e invalidade.....	540
3.6.	Princípio do aproveitamento dos atos processuais defeituosos. O princípio da fungibilidade.....	541
3.7.	Sanabilidade dos defeitos processuais.....	541
3.8.	Invalidade do procedimento (inadmissibilidade) e invalidade de cada um dos atos do procedimento.....	543
3.9.	Invalidação de atos do juiz, das partes e dos auxiliares da justiça	545
3.10.	Máxima da proporcionalidade e princípios da cooperação e da eficiência aplicados ao sistema das invalidades processuais.....	548

3.11. O princípio da boa-fé processual e a regra da proibição do <i>venire contra factum proprium</i>	549
3.12. Princípio da proteção da confiança.....	552
3.13. Decisão sobre a invalidade e preclusão.....	552
Capítulo 11 ► Preclusão.....	555
1. As estabilidades processuais	555
2. Conceito de preclusão.....	555
3. Fundamentos da preclusão e o seu papel no formalismo processual.....	556
4. Classificação.....	558
4.1. Generalidades	558
4.2. Preclusão temporal	560
4.3. Preclusão lógica.....	561
4.4. Preclusão consumativa.....	563
4.5. Preclusão-sanção ou preclusão punitiva.....	564
5. Natureza jurídica	565
5.1. A preclusão como fato e como efeito jurídico.....	565
5.2. A preclusão como sanção	565
6. Preclusão, prescrição e decadência	566
7. Preclusão para o juiz	568
8. Efeitos da preclusão	569
Capítulo 12 ► Teoria da cognição judicial	571
1. Conceito de cognição.....	571
2. Conceito de questão.....	572
3. Resolução das questões: resolução <i>incidenter tantum</i> e resolução <i>principaliter</i>	572
4. Objeto do processo e objeto litigioso do processo	575
5. Objeto da cognição judicial (tipologia das questões).....	579
5.1. Consideração introdutória	579
5.2. Questões de fato e questões de direito	579
5.3. Questões prévias: questões preliminares e questões prejudiciais	581
5.4. Pressupostos processuais e mérito: questões de admissibilidade e questões de mérito	585
6. Espécies de cognição.....	587
Capítulo 13 ► Litisconsórcio	591
1. Conceito	591
2. Classificação	592
2.1. Ativo, passivo e misto	592
2.2. Inicial e ulterior	592

2.3.	Unitário e simples.....	593
2.3.1.	Unitário.....	593
2.3.2.	Simples ou comum.....	594
2.4.	Necessário e facultativo.....	595
2.4.1.	Generalidades.....	595
2.4.2.	Litisconsórcio necessário unitário, litisconsórcio facultativo unitário e hipóteses de intervenção <i>iussu iudicis</i>	595
2.4.3.	Litisconsórcio necessário por força de lei.....	599
2.4.4.	Síntese das combinações possíveis entre os litisconsórcios unitário, simples, necessário e facultativo.....	599
2.4.5.	Litisconsórcio necessário ativo ativo. O problema do litisconsórcio facultativo unitário.....	600
2.4.6.	Litisconsórcio necessário e negócio jurídico processual.....	605
2.4.7.	Litisconsórcio facultativo unitário e coisa julgada.....	606
2.4.8.	Natureza da sentença proferida contra litisconsorte necessário não citado.....	608
3.	Regime de tratamento dos litisconsortes.....	609
4.	Modalidades especiais de Litisconsórcio facultativo e cumulação de pedidos.....	611
4.1.	Litisconsórcio sucessivo.....	611
4.2.	Litisconsórcio eventual.....	612
4.3.	Litisconsórcio alternativo.....	613
5.	Litisconsórcio por comunhão, por conexão ou por afinidade. Litisconsórcio facultativo impróprio. Litisconsórcio recusável. Litisconsórcio multitudinário.....	613
Capítulo 14 ► Intervenção de terceiro		619
1.	Introdução às intervenções de terceiro.....	619
1.1.	Conceitos fundamentais.....	619
1.1.1.	Conceito de parte.....	619
1.1.2.	Conceito de terceiro.....	620
1.1.3.	Conceito de intervenção de terceiro.....	620
1.1.4.	Processo incidente e incidente do processo.....	621
1.2.	Fundamentos para as intervenções de terceiro.....	621
1.3.	Efeitos no processo.....	623
1.4.	Controle pelo magistrado. As convenções processuais sobre as intervenções de terceiro.....	623
1.5.	Cabimento.....	625
1.5.1.	Regra geral.....	625
1.5.2.	Juizados Especiais Cíveis.....	625
2.	Assistência.....	626
2.1.	Considerações gerais.....	626
2.2.	Procedimento.....	627

2.3.	Assistência simples.....	627
2.3.1.	Considerações gerais	627
2.3.2.	Poderes do assistente simples	630
2.3.2.1.	Combinação das regras decorrentes dos arts. 121, par. ún., e 122, CPC.....	630
2.3.2.2.	Análise do par. ún. do art. 121 do CPC: omissões negociais e não negociais do assistido.....	631
2.3.3.	Eficácia preclusiva da intervenção	633
2.4.	Assistência litisconsorcial	635
2.5.	Intervenção de legitimado extraordinário para a defesa de direitos coletivos (<i>lato sensu</i>) como assistente simples em processo individual.....	636
3.	Denúnciação da lide	638
3.1.	Generalidades	638
3.2.	Facultatividade da denúnciação da lide.....	641
3.3.	Posição processual do denunciado	642
3.4.	A denúnciação da lide em caso de evicção (art. 125, I, CPC)	644
3.5.	A denúnciação da lide com base no inciso II do art. 125 do CPC	645
3.5.1.	Considerações gerais	645
3.5.2.	A concepção restritiva	646
3.5.3.	A concepção ampliativa	647
3.5.4.	Síntese conclusiva: a nossa opinião.....	650
3.6.	Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo autor (arts. 126-127, CPC) ...	651
3.7.	Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo réu (arts. 126 e 128, CPC)	652
4.	Chamamento ao processo	653
5.	Denúnciação da lide e chamamento ao processo em causas de consumo.....	656
6.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	660
6.1.	Generalidades	660
6.2.	Desconsideração da personalidade jurídica, despersonalização e responsabilização direta.....	660
6.3.	A desconsideração da personalidade jurídica no Direito brasileiro	662
6.4.	Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica.....	666
7.	Intervenção de <i>amicus curiae</i>	669
8.	Outras intervenções decorrentes da resposta do réu	676
9.	A intervenção <i>iussu iudicis</i>	676
10.	Intervenções especiais dos entes públicos	680
11.	Intervenção litisconsorcial voluntária ou litisconsórcio facultativo ulterior simples.....	683
12.	Intervenção de terceiro especial no processo da ação de alimentos (art. 1.698 do Código Civil).....	685

Capítulo 15 ► Alienação da coisa ou do direito litigioso	693
Capítulo 16 ► Formação do processo e petição inicial	699
1. Formação do processo	699
2. Petição inicial e demanda	700
3. Requisitos da petição inicial	700
3.1. Forma	700
3.2. Assinatura de quem possua capacidade postulatória	701
3.3. Indicação do juízo a que é dirigida a demanda	701
3.4. Qualificação das partes	702
3.5. Causa de pedir: o fato e o fundamento jurídico do pedido	704
3.6. Argumentação jurídica	709
3.7. O pedido	710
3.8. Atribuição de valor à causa	710
3.9. A indicação dos meios de prova com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	711
3.10. Opção pela realização ou não da audiência de conciliação ou mediação	711
3.11. Documentos indispensáveis à propositura da demanda	712
3.11.1. Generalidades	712
3.11.2. Litigância-abusiva, documentos indispensáveis e o Tema 1.198 do STJ	713
3.12. A opção pelo “Juízo 100% digital” – a Resolução n. 345/2020 do Conselho Nacional de Justiça	715
4. Emenda da petição inicial	715
5. Indeferimento da petição inicial	716
5.1. Considerações gerais	716
5.2. Hipóteses de indeferimento	721
5.2.1. Inépcia	721
5.2.2. Ilegitimidade da parte	724
5.2.3. Falta de interesse processual	724
5.2.4. Não atendimento ao disposto nos arts. 106 e 321	724
6. Pedido	725
6.1. Conceito e divisão	725
6.2. Requisitos	726
6.3. Cumulação de pedidos	727
6.3.1. Cumulação própria: simples ou sucessiva	727
6.3.2. Cumulação imprópria: subsidiária ou alternativa	728
6.3.3. Cumulação inicial e cumulação ulterior	732
6.3.4. Requisitos para a cumulação	733
6.3.4.1. Compatibilidade dos pedidos	733

6.3.4.2. Competência.....	734
6.3.4.3. Identidade do procedimento ou conversibilidade para o procedimento comum. Cláusula geral de adaptabilidade do procedimento comum	735
6.4. Ampliação da demanda.....	738
6.5. Redução da demanda.....	739
6.6. Alteração objetiva da demanda.....	740
6.7. Espécies de pedido	741
6.7.1. Pedido genérico	741
6.7.2. Pedido alternativo	744
6.7.3. Pedido relativo a obrigação indivisível.....	746
6.8. Interpretação do pedido e pedido implícito	748
6.8.1. Interpretação da petição inicial. Regras gerais sobre a interpretação dos atos postulatorios	748
6.8.2. Pedido implícito	752
Capítulo 17 ► Improcedência liminar do pedido.....	755
1. Conceito e regime jurídico	755
2. Hipóteses de improcedência liminar do pedido previstas no art. 332 do código de processo civil	758
2.1. Pedido contrário a precedente obrigatório	758
2.2. Reconhecimento de prescrição ou decadência	760
3. Hipótese atípica de improcedência liminar do pedido e outras hipóteses legais de improcedência liminar do pedido.....	768
Capítulo 18 ► Citação	771
1. Generalidades	771
2. A citação como “pressuposto processual”.....	771
3. Comparecimento espontâneo do citando	772
4. Pessoalidade da citação.....	773
5. Local da citação.....	775
6. Impedimento legal para a citação	775
7. Medidas indutivas, <i>nudges</i> processuais e citação	775
8. Efeitos da citação.....	776
9. A citação e a interrupção da prescrição pelo despacho citatório	779
10. Modalidades	780
10.1. Citação por meio eletrônico	780
10.2. Citação pelo correio	784
10.3. Citação por oficial de justiça.....	785
10.4. Citação por mandado com hora certa	786

10.5. Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	788
10.6. Citação por edital	788
10.7. Regulação convencional do modo de citação.....	790
Capítulo 19 ► Audiência preliminar de conciliação ou mediação	791
Capítulo 20 ► Teoria da exceção, resposta do réu e revelia	799
1. Teoria da exceção	800
1.1. Acepções do termo “exceção”	800
1.2. Exceção em sentido substancial e exceção em sentido processual. Os contraditórios (exceções substanciais) e o seu regime jurídico processual	800
1.3. Da exceção como direito de defesa	803
1.4. Ação <i>versus</i> exceção	804
2. Espécies de defesa	805
2.1. Mérito e admissibilidade	805
2.2. Objeções e exceções.....	805
2.3. Peremptória e dilatória.....	808
2.4. Direta e indireta.....	809
2.5. Instrumental e interna.....	809
3. Resposta do réu	810
4. A contestação.....	810
4.1. Noção geral	810
4.2. Prazo.....	811
4.3. A regra da eventualidade ou da concentração da defesa	811
4.4. Defesas de admissibilidade.....	813
4.4.1. Inexistência ou nulidade de citação.....	813
4.4.2. Incompetência do juízo. O direito de o réu alegar incompetência no foro do seu domicílio.....	814
4.4.3. Incorreção do valor da causa.....	815
4.4.4. Inépcia da petição inicial.....	816
4.4.5. Perempção, litispendência e coisa julgada.....	816
4.4.6. Conexão e continência.....	816
4.4.7. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	817
4.4.8. Alegação de convenção de arbitragem.....	817
4.4.8.1. Generalidades.....	817
4.4.8.2. Alegação de convenção de arbitragem e a <i>Kompetenz-kompetenz</i> do juízo arbitral.....	819
4.4.8.3. Decisão sobre a alegação de convenção de arbitragem.....	821
4.4.9. Ausência de legitimidade ou de interesse processual. O direito de substituição do réu e o dever de o réu indicar o legitimado passivo. Novas hipóteses de intervenção de terceiro	822

4.4.10. Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar...	824
4.4.11. Indevida concessão do benefício da gratuidade concedido ao autor.....	824
4.5. Defesas que têm de ser alegadas fora da contestação e que podem ser alegadas depois da contestação	824
4.6. Crítica à interpretação literal do art. 337 do CPC. Quebra do dogma da primazia da defesa de admissibilidade sobre a defesa de mérito	825
4.7. Ônus da impugnação especificada.....	827
4.7.1. Noção.....	827
4.7.2. Representantes judiciais que estão dispensados deste ônus (art. 341, par. ún., CPC).....	828
4.7.3. Afirmações de fato que, mesmo não impugnadas especificadamente, não serão tidas como verdadeiras.....	830
4.8. Forma e requisitos.....	831
4.9. Pedido do réu.....	832
4.10. Aditamento e indeferimento da contestação	832
4.11. Interpretação	833
5. Reconvenção	833
5.1. Noções gerais	833
5.2. Reconvenção e ampliação subjetiva do processo	834
5.3. Requisitos.....	837
5.3.1. Haja uma causa pendente	837
5.3.2. A observância do prazo de resposta	837
5.3.3. Competência	837
5.3.4. Compatibilidade entre os procedimentos.....	838
5.3.5. Conexão.....	838
5.3.6. Interesse processual	838
5.3.7. Cabimento	839
5.3.8. Despesas processuais.....	839
5.4. Reconvenção e substituição processual	839
5.5. Reconvenção e pedido contraposto	840
6. A revelia	841
6.1. Noção.....	841
6.2. Efeitos	841
6.3. Mitigações à eficácia da revelia	842
6.3.1. A presunção de veracidade não é efeito necessário da revelia.....	842
6.3.2. Revelia não implica necessariamente vitória do autor	844
6.3.3. Matérias que podem ser alegadas após o prazo de defesa.....	844
6.3.4. Proibição de alteração de pedido ou da causa de pedir (art. 329, II, CPC).	844
6.3.5. Intervenção do réu revel	844

6.3.6. Necessidade de intimação do réu revel que tenha advogado constituído nos autos.....	845
6.3.7. Possibilidade de ação rescisória por erro de fato	845
6.3.8. <i>Querela nullitatis</i>	846
6.3.9. Impedimento à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental.....	846
6.4. Revelia na reconvenção	846
Capítulo 21 ► Arguição de impedimento ou suspeição	847
1. conteúdo jurídico do Dever de imparcialidade	847
2. Generalidades sobre os incidentes de arguição de impedimento e suspeição	849
3. Hipóteses de impedimento	851
4. Hipóteses de suspeição	853
5. Fontes normativas do impedimento e da suspeição	854
6. RÓIS exemplificativos de hipóteses de impedimento e suspeição	856
7. Suspensão do processo	857
8. Procedimento, decisão e recursos.....	857
9. Eficácia externa da decisão sobre a suspeição e o impedimento.....	861
10. Arguição de impedimento ou suspeição do tribunal ou da maioria absoluta do tribunal	862
11. Impedimento ou suspeição provocados. Imparcialidade aceita e abuso do direito.....	863
Capítulo 22 ► Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo	865
1. Saneamento e fase de saneamento. As providências preliminares	865
2. Julgamento conforme o estado do processo	868
3. Julgamento antecipado do mérito.....	868
4. rotas ou circuitos do procedimento comum.....	872
5. Da decisão de saneamento e organização do processo.....	873
5.1. Generalidades	873
5.2. Audiência de saneamento e organização em cooperação com as partes.....	877
5.3. O acordo de organização do processo.....	878
5.4. O calendário processual	880
5.5. Eficácia preclusiva da decisão de saneamento e de organização do processo em relação ao reexame das questões que podem ser decididas a qualquer tempo pelo órgão jurisdicional	882
5.5.1. Consideração introdutória.....	882
5.5.2. O juízo de admissibilidade positivo e a preclusão.....	883
Capítulo 23 ► Extinção do processo	891
1. Observação introdutória	891
2. Conteúdo das decisões judiciais. As decisões totais e as decisões parciais.....	892

3.	Decisões que não examinam o mérito (art. 485 do CPC).....	893
3.1.	Generalidades e a primazia da decisão de mérito	893
3.2.	Distribuição por dependência em caso de renovação da demanda (art. 286, II)....	895
3.3.	Efeito regressivo da apelação (art. 485, § 7º).....	895
3.4.	Análise do art. 486 do CPC.....	896
3.5.	Indeferimento da petição inicial	899
3.6.	Abandono do processo pelas partes	900
3.7.	Abandono do processo pelo autor.....	901
3.8.	Falta de “pressupostos processuais”	902
3.9.	Existência de perempção, litispendência e coisa julgada	903
3.10.	Ausência de interesse ou legitimidade	905
3.11.	Existência de convenção de arbitragem	907
3.12.	Desistência do prosseguimento do processo (revogação da demanda).....	908
3.12.1.	Generalidades	908
3.12.2.	Desistência parcial.....	908
3.12.3.	Desistência da ação e renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação ...	909
3.12.4.	Momento.....	909
3.12.5.	Desistência da ação e desistência do recurso	910
3.12.6.	Desistência da ação e consentimento do réu	911
3.12.7.	Efeito anexo da decisão que homologa a desistência da ação.....	912
3.12.8.	Desistência da ação e julgamento de casos repetitivos	912
3.12.9.	Caso especial: desistência no caso de ente federal ser réu	913
3.12.10.	Desistência em processo coletivo	913
3.12.11.	Desistência e despesas processuais.....	914
3.13.	Falecimento do autor e intransmissibilidade do direito litigioso	914
3.14.	Análise do § 3º do art. 485 do CPC.....	915
4.	Decisões que examinam o mérito (art. 487 Do CPC)	917
4.1.	Observação introdutória	917
4.2.	Julgamento do mérito: a procedência e a improcedência.....	918
4.2.1.	Generalidades	918
4.2.2.	A decisão que não acolhe a afirmação de contradireito como uma decisão de mérito	919
4.3.	Homologação da autocomposição das partes	920
4.4.	Decisão sobre a decadência ou a prescrição.....	924
Capítulo 24	► Suspensão do processo	927
1.	Noções gerais.....	927
2.	Hipóteses de suspensão.....	929

2.1. Morte ou perda da capacidade processual de parte, representante legal ou advogado	929
2.2. Convenção das partes	931
2.3. Arguição de impedimento ou suspeição	932
2.4. Admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas	932
2.5. Prejudicialidade ou preliminaridade externa (art. 313, V, "a")	933
2.6. Dependência da verificação de um fato ou da produção de uma prova (art. 313, V, "b")	935
2.7. Força maior	935
2.8. Pendência de processo perante tribunal marítimo	936
2.9. Casos que envolvem a maternidade ou paternidade	937
2.10. Decisão de mérito depender da verificação da ocorrência de delito	939
2.11. Suspensão do processo em razão da concessão de medida liminar em ação declaratória de constitucionalidade	940
2.12. Outros casos de suspensão	941
3. Prática de atos durante a suspensão do processo	942
Bibliografia	945